



Diário Oficial

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO IVAÍ – PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 1.643/2011, regulamentada pelo Decreto nº 061/2014.
Lei Complementar Federal nº 101/2000 e Lei Complementar Estadual nº 137/2011.

ANO: 2017

EDIÇÃO Nº 046

SÃO JOÃO DO IVAÍ, 13 de março

PÁG: 1

- Ata de registro de Preço Nº 041/2016.....	01
- Decreto 019/2017.....	05
- Portaria 030/2017.....	06
- Portaria 031/2017.....	06
- Termo de rescisão de processo licitatório 037/2014.....	07
- Edital 020/2017.....	07
- Edital 021/2017 – convocação PSS.....	13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Nº 41/2017 - PMSJI

Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, presentes, o **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO IVAÍ**, inscrito no **CNPJ sob o nº. 75.741.355/0001-30**, sito a Avenida Curitiba, nº. 563, Centro, Estado do Paraná, representada pelo Prefeito Municipal Senhor **FÁBIO HIDEK MIURA**, portador da Cédula de Identidade **R.G. nº. 3.503.746-2 SSP/PR**, inscrito no **CPF sob o nº. 035.147.859-02** e a empresa **JEFERSON BATISTA DOS SANTOS - EIRELI - ME**, inscrito no **CNPJ sob nº 15.422.730/0001-58**, pessoa jurídica de Direito Privado, sito à R GUATEMALA, 237, VILA MORANGUEIRA, CEP: 87040-210 - Telefone: (44) 3034-0558 (44) 9933-2979 no município de MARINGÁ, PR, neste ato representado pelo **Sr. JEFERSON BATISTA DOS SANTOS**, inscrita no **CPF nº 019.450.789-01**, **R.G. nº 5.838.224-8 SSP/PR**, resolvem, nos termos Lei nº 10.520/02 e suas alterações subsidiariamente das normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, em conformidade com o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 11/2017**, do tipo Menor Preço/Por Item, homologado em 10/03/2017, **RESOLVE** registrar os preços para futura aquisição e/ou serviços, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, PREÇOS E ITENS DE FORNECIMENTO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a futura **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GRAMA ESMERALDA PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO IVAÍ - PARANÁ, DURANTE O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**, com os preços dos itens abaixo relacionados:

Valor Total: R\$ 71.200,00 (setenta e um mil e duzentos reais)

Item	Descrição	UN	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	GRAMA ESMERALDA	M2	20.000,00	3,56	71.200,00

CLÁUSULA SEGUNDA – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade por **12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO

3.1 – Os objetos serão entregues de forma **PARCELADA**, conforme necessidade, após a solicitação do Departamento Municipal de Compras, bem como da confirmação pelo órgão competente do Executivo Municipal. Serão solicitados através de **Autorização de Fornecimento**, durante a vigência da respectiva Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO PARA RETIRADA DO TERMO CONTRATUAL

4.1 - A CONTRATADA deverá retirar a Solicitação de Fornecimento no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da notificação enviada pelo Departamento de Compras do Departamento de Administração, no endereço constante no preâmbulo deste Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DA QUALIDADE DOS PRODUTOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1 – O produto, objeto desta licitação deverá ser de **EXCELENTE QUALIDADE**, obedecendo, quando possível, às normas técnicas, controle de qualidade e atender estritamente as descrições dos itens constantes no Anexo I.

5.2 – A licitante proponente que uma vez ciente dos requisitos supramencionados não os atender de acordo com este Edital, poderá incorrer nas sanções administrativas previstas no Art. 7º, “caput” da Lei nº 10.520/2002.

5.3 – O objeto da presente licitação será recebido:

a) **Provisoriamente**, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação e, sendo atestada sua qualidade e conformidade aos termos do Edital, o objeto será recebido em caráter definitivo;

b) **Definitivamente**, após a verificação da qualidade e quantidade dos mesmos;

c) Serão rejeitados no recebimento, os objetos fornecidos com especificações diferentes das constantes no **ANEXO I**, devendo a sua substituição ocorrer na forma e prazos definidos no item 5.4 abaixo.



Diário Oficial

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO IVAÍ – PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 1.643/2011, regulamentada pelo Decreto nº 061/2014.
Lei Complementar Federal nº 101/2000 e Lei Complementar Estadual nº 137/2011.

ANO: 2017

EDIÇÃO Nº 046

SÃO JOÃO DO IVAÍ, 13 de março

PÁG: 2

5.4 – Caso o (s) objeto (s) sejam considerados **INSATISFATÓRIOS**, será lavrado **termo de recusa**, no qual se consignará as desconformidades verificadas, devendo ser substituído, no prazo máximo abaixo fixado:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença das características do objeto, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PREÇOS

6.1 – Os preços ajustados para a execução do objeto deste pregão são os constantes da Ata de Registro de Preços e serão fixos e passíveis de recomposição.

6.2 – O preço deverá ser fixo equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta para pagamento na forma prevista no Edital.

6.3 – Deverão estar incluídas no preço todas as despesas necessárias à entrega do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, tais como frete, tributos etc.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES DOS PREÇOS

7.1 – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e passíveis de recomposição, desde que comprovadas a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93.

7.2 – Ocorrendo a variação de preços, na hipótese acima citada, o beneficiário do registro poderá solicitar a atualização dos preços, através de pedido formal endereçado ao Município de São João do Ivaí, instruído com documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, com Notas Fiscais de compra imediatamente anteriores e posteriores à variação alegada à aquisição dos produtos, matérias primas, componentes ou de outros documentos.

7.3 – Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

7.4 – Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o fornecedor registrado será convocado pelo Município de São João do Ivaí para a alteração, por aditamento, do preço da Ata de Registro de Preços, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação no Jornal Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA OITAVA – DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador (Município de São João do Ivaí), desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93, relativos à utilização do Sistema de Registro de Preços.

8.2 – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas optar pela aceitação ou não do fornecimento aos órgãos ou entidades da Administração Pública que não participaram do certame, independentemente dos quantitativos registrados na Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 – O pagamento será efetuado após a homologação do respectivo processo pela Prefeitura Municipal de São João do Ivaí - PR, até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega do objeto, e emissão da nota fiscal e verificação do produto por servidor público competente.

9.2 – Os pagamentos serão efetuados na sede da Prefeitura Municipal de São João do Ivaí - PR, devendo a empresa emitir a Nota Fiscal, devidamente preenchida sem rasuras, contendo o número da Licitação, bem como acompanhada das certidões: **CRS (Certificado de Regularidade de Situação do FGTS)** e **CND (Certidão Negativa de Débito do INSS)**, devendo os referidos documentos serem entregues ao Setor retro mencionado com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis do prazo estipulado para pagamento.

a) No caso de incorreção, a fatura/nota fiscal será devolvida e o prazo para pagamento contar-se-á da data de sua reapresentação.

b) Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.3 – Os preços pactuados no Pregão serão fixos e irrevogáveis, não cabendo atualização financeira quanto a sua valoração.



Diário Oficial

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO IVAÍ – PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 1.643/2011, regulamentada pelo Decreto nº 061/2014.
Lei Complementar Federal nº 101/2000 e Lei Complementar Estadual nº 137/2011.

ANO: 2017

EDIÇÃO Nº 046

SÃO JOÃO DO IVAÍ, 13 de março

PÁG: 3

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES

I – Da Contratada:

- a) Fornecer o objeto no prazo estabelecido e no local indicado pela Administração;
- b) Responsabilizar-se por todos e quaisquer prejuízos causados ao CONTRATANTE durante a vigência da presente ata, bem como os relativos à omissão pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outras exigências legais inerentes a este instrumento;
- c) Responder, nos termos do art. 18 e seguintes da Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, pelos vícios de qualidade ou quantidade dos materiais adquiridos, que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, sem prejuízo das demais disposições do CDC;
- d) Responsabilizar-se por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato;
- e) Arcar com o pagamento de todos os tributos e encargos que incidam sobre o produto fornecido, bem como pelo seu transporte, até o local determinado para a sua entrega;
- f) Cumprir todas as especificações previstas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017** que deu origem ao presente instrumento;
- g) Obriga-se a CONTRATADA a fornecer a CONTRATANTE, todas as informações relativas ao fornecimento do objeto.

II – Do Contratante:

- a) Prestar à Contratada todos os esclarecimentos necessários para a execução da Ata de Registro de Preços;
- b) Promover o apontamento no dia do recebimento dos produtos, bem como efetuar os pagamentos devidos, nos prazos determinados;
- c) Elaborar e manter atualizada listagem de preços que contemple a relação de produtos para os fins previstos nesta Ata e na Autorização de Fornecimento;
- d) Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento da contratação;
- e) Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- f) Fiscalizar a execução da presente contratação por um representante da CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do fornecimento dos objetos e de tudo dará ciência à Administração, conforme Artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666/93;
- g) A fiscalização de que trata o subitem acima não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo na execução da contratação em conformidade com o Artigo 70, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - Não obstante o fato de a vencedora ser única e exclusiva responsável pelo fornecimento, objeto desta Ata de Registro de Preços, a Administração, através de sua própria equipe ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização na sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 12.2 – A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida nos seguintes casos:
- a) Persistência de infrações após a aplicação das multas previstas na cláusula décima terceira;
 - b) Manifesta impossibilidade por parte da Contratada de cumprir as obrigações assumidas pela ocorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado;
 - c) Interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração;
 - d) Demais hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, bem como desta Ata;
 - e) Liquidação judicial ou extrajudicial ou falência da Contratada;
 - f) Responsabilização por prejuízos causados à Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

13.1 – A adjudicatária que se recusar, sem motivo justificado e aceito pela Administração, a assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo previsto no item 16.1 ou item 16.2 do Edital caracterizando o descumprimento total da obrigação, ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens cujos preços foram registrados, além das demais sanções cabíveis e previstas no artigo 7º, “caput” da Lei nº 10.520/02.

13.2 – Sem prejuízo das sanções previstas no artigo 7º, “caput” da Lei nº 10.520/02 a licitante vencedora do certame ficará sujeita, garantida a defesa prévia, **à multa diária** de 0,35 % (zero vírgula trinta e cinco por cento) até o 5º (quinto) dia, e de 0,70 % (zero vírgula setenta por cento) a partir do 6º (sexto) dia, por atraso injustificado na entrega dos produtos. **O parâmetro utilizado para a aplicação de multa será o valor fixado na**



Diário Oficial

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO IVAÍ – PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 1.643/2011, regulamentada pelo Decreto nº 061/2014.
Lei Complementar Federal nº 101/2000 e Lei Complementar Estadual nº 137/2011.

ANO: 2017

EDIÇÃO Nº 046

SÃO JOÃO DO IVAÍ, 13 de março

PÁG: 4

solicitação de fornecimento.

13.3 – Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir a defesa prévia, aplicar à Contratada as sanções previstas no artigo 7º, “caput” da Lei nº 10.520/02, além de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor dos produtos não entregues.

13.4 – O valor da multa será descontado no primeiro pagamento após a sua imposição, respondendo por ela os pagamentos futuros e pela diferença, se houver. Na hipótese prevista no item 13.1 poderá ser executada judicialmente.

13.5 – As multas previstas não têm caráter compensatório, mas sim, **moratório**. Conseqüentemente, o pagamento delas não exime a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 - As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta da dotação específica, a saber:

07.016.12.361.0095.2.021.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
07.016.12.361.0095.2.021.3.3.90.30.00.00. - 1103 - MATERIAL DE CONSUMO
07.016.12.361.0095.2.021.3.3.90.30.00.00. - 1104 - MATERIAL DE CONSUMO
07.016.12.361.0095.2.079.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
07.016.12.361.0095.2.079.3.3.90.30.00.00. - 1103 - MATERIAL DE CONSUMO
07.016.12.361.0095.2.079.3.3.90.30.00.00. - 1104 - MATERIAL DE CONSUMO
08.021.10.302.0085.2.090.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
10.023.15.122.0010.2.039.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO
13.028.20.608.0145.2.038.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

15.1 – Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

15.2 – Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Contrato; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.3 – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

15.4 – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 – O vencimento da validade da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da CONTRATADA de cumprir os termos contratuais assinados até a data de vencimento da mesma.

16.2 – A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estão superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições previstas na Ata de Registro de Preços.

16.3 – A Administração, ao seu exclusivo critério, poderá, durante os últimos 30 (trinta) dias de vigência da Ata de Registro de Preço, determinar a gradativa redução ou aumento do fornecimento, até a elaboração



Diário Oficial

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO IVAÍ – PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 1.643/2011, regulamentada pelo Decreto nº 061/2014.
Lei Complementar Federal nº 101/2000 e Lei Complementar Estadual nº 137/2011.

ANO: 2017

EDIÇÃO Nº 046

SÃO JOÃO DO IVAÍ, 13 de março

PÁG: 5

de um novo contrato.

16.4 – Todos os prazos constantes em cada termo contratual **serão em dias úteis**, salvo disposição expressa em contrário e em sua contagem excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento.

16.5 – A despesa com a contratação correrá à conta da Dotação Orçamentária vigente na época da emissão da Autorização de Fornecimento pelo Departamento de Compras.

16.6 – Fazem parte integrante desta Ata, independentemente de transcrição, as condições estabelecidas no Edital seus anexos e as normas contidas na Lei nº 8.666/93 em sua atual redação e, subsidiariamente pelos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1 - Fica eleito o foro da Comarca de São João do Ivaí, Estado do Paraná, para dirimir dúvidas ou questões oriundas da presente Ata.

17.2 – E por estarem justas e contratadas, as partes assinam a presente Ata em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

São João do Ivaí, 13 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO IVAÍ
CONTRATANTE:

FÁBIO HIDEK MIURA
PREFEITO MUNICIPAL

Representante Legal - Fornecedor Registrado

EMPRESA: JEFERSON BATISTA DOS SANTOS - EIRELI - ME
CONTRATADA

JEFERSON BATISTA DOS SANTOS
REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS:

NOME: JOÃO PAULO BELETATTO
RG.: Nº 10.297.184-1 SSP/PR

NOME: RICARDO FABRIS MOLINA
RG.: Nº 8.914.140-0 SSP/PR

DECRETO N.º 0019/2017

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS FUNCIONARIOS ABAIXO RELACIONADOS:

O Prefeito do Município de São João do Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em lei.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os funcionários abaixo relacionados, a prestar serviços junto a este município de acordo com a Lei Municipal nº 1923/2017 de 16/01/2017, Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público, pelo Regime C.L.T. Consolidação das Leis do Trabalho.

CARGO TÉCNICO DE ENFERMAGEM	RG Nº.	CPF Nº.
Marlene Silva de Oliveira	5.190.666-7	702.054.189-53
Suzana da Silva Cremonesi	8.047.834-8	035.448.099-58
Flávia Santos Benetão	10.887.446-5	069.857.209-27
Selma da Silva Almeida	4.055.456-4	067.645.959-60
CARGO NUTRICIONISTA		
Camila Frighetto Peclat Rodrigues	9.967.938-7	075.551.529-32



Diário Oficial

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO IVAÍ – PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 1.643/2011, regulamentada pelo Decreto nº 061/2014.
Lei Complementar Federal nº 101/2000 e Lei Complementar Estadual nº 137/2011.

ANO: 2017

EDIÇÃO Nº 046

SÃO JOÃO DO IVAÍ, 13 de março

PÁG: 6

PSICÓLOGO(A)

Renata Neves de Souza

10.054.381-8 077.970.419-38

CARGO MÉDICO VETERINÁRIO

Thiago Alves de Paiva

12.890.164-7 310.547.488-96

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REPUBLICADO POR ERRO.

São João do Ivaí, 02 de Março de 2017..

FÁBIO HIDEK MIURA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 030/2017

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTO DA FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL **ANA PAULA BARBOSA GOMES**.

O Prefeito do Município de São João do Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, Resolve;

CONCEDER:

Art. 1º - Fica concedido a funcionária pública municipal **ANA PAULA BARBOSA GOMES**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.392.229-1 SSP/PR, inscrita no CPF nº 007.148.829-41, que exerce a função de Nutricionista, em Regime Estatutário de Provimento Efetivo, Licença sem Vencimento, pelo período de 01 (Um) ano, compreendido entre 01/03/2017 a 01/03/2018.

Art. 2º - A funcionária deverá retornar as suas funções normais no dia 02/03/2018.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ, 13 de Março de 2017.

FABIO HIDEK MIURA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 031/2017

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULAMENTARES AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS ABAIXO RELACIONADOS.

O Prefeito do Município de São João do Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, resolve:

CONCEDER:

Art. 1º- Ficam concedidas aos funcionários públicos municipais anotados no contexto deste artigo, FÉRIAS REGULAMENTARES, pois na condição de funcionários públicos integrantes do Quadro de Pessoal Efetivo do Poder Executivo Municipal, conforme segue:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FÉRIAS
Patricia Rodrigues de Oliveira	02/05/2015 A 02/05/2017	02/03/2017 A 31/03/2017
Dameres S. Oliveira Martinucho	10/02/2015 A 10/02/2016	06/03/2017 A 04/04/2017



Diário Oficial

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO IVAÍ – PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 1.643/2011, regulamentada pelo Decreto nº 061/2014.
Lei Complementar Federal nº 101/2000 e Lei Complementar Estadual nº 137/2011.

ANO: 2017

EDIÇÃO Nº 046

SÃO JOÃO DO IVAÍ, 13 de março

PÁG: 7

Jose Ruy da Silva	01/03/2015 A 01/03/2016	13/03/2017 A 11/04/2017
-------------------	-------------------------	-------------------------

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ, 13 de Março de 2017

FABIO HIDEK MIURA
Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2014 – PMSJI, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ E A EMPRESA ARHIANE DE CASTRO MATOS 07232961979.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ, pessoa jurídica de direito público com sede à Avenida Curitiba, nº 563, na cidade de São João do Ivaí, inscrita no CNPJ sob o número 75.741.355/0001-30, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor **FÁBIO HIDEK MIURA**, portador do RG nº 3.503.746-2, expedida pela SSP/PR, e inscrito no CPF sob o nº 035.147.859-02, na qualidade de **CONTRATANTE** e a Empresa **ARHIANE DE CASTRO MATOS 07232961979**, pessoa jurídica de Direito Privado, sito à Avenida São João, 1228, Centro, em São João do Ivaí, PR, inscrita no CNPJ sob nº 16.707.970/0001-61, neste ato representado pela Sra. **ARHIANE DE CASTRO MATOS**, inscrita no **CPF nº 072.329.619-79, RG nº 10.007.471-0 SSP/PR**, na qualidade de **CONTRATADA**, tendo em vista o que dispõe as normas gerais da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8.666/93 e suas alterações e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, e ainda as condições de Pregão Presencial, tendo justo e firmado entre si este **TERMO DE RESCISÃO**, resolvem rescindir o referido Processo licitatório Pregão Presencial nº 23/2014, com fundamento no Art. 79 inciso II. Como houve acordo mútuo **não haverá nenhuma responsabilidade por inadimplemento**, portanto, as partes dão por terminado o Contrato, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindida. Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o Foro da Comarca de São João do Ivaí, Estado do Paraná. E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinem as partes do presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São João do Ivaí, 06 de janeiro de 2017.

FÁBIO HIDEK MIURA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

ARHIANE DE CASTRO MATOS
REPRESENTANTE LEGAL
CONTRATADO

EDITAL Nº. 020 – 2017

CLASSIFICAÇÃO PSS REF. EDITAL 018 – 2017 – PROFESSOR REGENTE

Nº	Nome Completo	Afrodessendente	Data de Nascimento	Pontuação
01	Iraci Neide da Cruz		22/12/1962	10,0
02	Cintia Soncella Inocêncio		13/07/1988	9,5
03	Rita de Cássia Heliodoro de Souza		03/04/1981	9,4
04	Rosangela Lopes Dias		30/09/1962	9,2



Diário Oficial

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO IVAÍ – PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 1.643/2011, regulamentada pelo Decreto nº 061/2014.
Lei Complementar Federal nº 101/2000 e Lei Complementar Estadual nº 137/2011.

ANO: 2017

EDIÇÃO Nº 046

SÃO JOÃO DO IVAÍ, 13 de março

PÁG: 8

05	Camila F. B. Gregório Bolognini		11/07/1989	9,1
06	Josilene Cristina dos Santos		08/03/1994	9,1
07	Valéria Aparecida Castro Testa		06/12/1982	9,1
08	Gisele dos Santos Néspolo		24/02/1987	9,0
09	Josiane Mostasso Lisboa		21/03/1994	9,0
10	Danúbia Fabiana Dias		19/10/1991	8,9
11	Josiane Sobral de França Silva		29/07/1992	8,9
12	Regiane da Conceição Andrade de Abreu		27/02/1986	8,7
13	Tatiane Denez Martioli		11/04/1988	8,7
14	Carolina Suzzi Mikcha		07/09/1987	8,7
15	Carla Aranega Anselmo		01/07/1992	8,7
16	Dariane Freitas Pereira		05/07/1992	8,6
17	Gislaine de Freitas		19/11/1992	8,5
18	Joice Borges da R. Nogueira		04/11/1986	8,5
19	Rosimeira S. de Freitas		05/06/1982	8,5
20	Nádia Terezinha S. Fraporti		07/01/1994	8,3
21	Rosana da Silva de Macedo			8,3
22	Andréa Maria Ferreira		18/04/1983	8,3
23	Bruna Paula de Oliveira		18/11/1989	8,2
24	Caroline Vígolo Gambarotto		29/07/1994	8,0
25	Gilliana Miscallo Charallo		02/06/1993	8,0
26	Doroti Garcia do Prado		10/12/1952	8,0
27	Adenizia de Fátima Carvalho Guedes		19/08/1958	8,0
28	Celi Marize Jardim Oliveira		30/08/1960	8,0
29	Lucinéia Maria da Silva		21/06/1964	8,0
30	Soriane Goulart de Souza		10/03/1971	8,0
31	Suzana Gradici Gregório		20/01/1977	8,0



Diário Oficial

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO IVAÍ – PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 1.643/2011, regulamentada pelo Decreto nº 061/2014.
Lei Complementar Federal nº 101/2000 e Lei Complementar Estadual nº 137/2011.

ANO: 2017

EDIÇÃO Nº 046

SÃO JOÃO DO IVAÍ, 13 de março

PÁG: 9

32	Andréa de Paula Santana		06/11/1979	8,0
33	Marisa Silva dos Santos Freitas		17/02/1982	8,0
34	Francieli Renata da S. Moraes		28/05/1991	7,7
35	Tainara Borelli da Silva		21/05/1993	7,7
36	Thais Jolo da Silva		24/09/1989	7,6
37	Caroline Aparecida Rodrigues de Souza			7,6
38	Luciana Aparecida Bardini de Abreu		10/07/1974	7,6
39	Carla de Castro Rodrigues		23/03/1980	7,5
40	Angelita Aparecida da S. Caparelli		06/10/1991	7,5
41	Ana Lúcia Correa dos Santos		21/12/1963	7,5
42	Dirce Lopes Dias Denez		11/08/1965	7,5
43	Regina Colepicolo Ceron		12/09/1971	7,5
44	Rosa Maria Constantino Henrique		15/09/1973	7,5
45	Fábio Silva Jubanski		20/10/1977	7,5
46	Ednéia Maria dos Santos Lima		14/01/1978	7,5
47	Alessandra de Assis Rosa		18/08/1980	7,5
48	Lucilene G. P. Rocha		02/08/1981	7,5
49	Aline Esperandio Rocha		23/04/1982	7,5
50	Francieli Luiz Gonçalves de Freitas		31/12/1984	7,5
51	Marília de Oliveira Ventura		22/07/1985	7,5
52	Josiane Pereira Barros da Silva		01/04/1987	7,5
53	Gislene Alves da Costa		22/12/1987	7,5
54	Dayane Cristina Lucas da Silva	Declarada	16/06/1988	7,5
55	Alex Soares da Silva	Declarada	28/07/1989	7,5
56	Bruna Carla Marana		05/04/1991	7,5
57	Karla da Rocha Maciel		05/06/1991	7,5
58	Jaqueline Batista da Silva		02/09/1991	7,5



Diário Oficial

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO IVAÍ – PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 1.643/2011, regulamentada pelo Decreto nº 061/2014.
Lei Complementar Federal nº 101/2000 e Lei Complementar Estadual nº 137/2011.

ANO: 2017

EDIÇÃO Nº 046

SÃO JOÃO DO IVAÍ, 13 de março

PÁG: 10

59	Merlyese Francyne S. O. Almeida		24/09/1991	7,5
60	Ariane Laise Oliveira Slesinski		10/02/1992	7,5
61	Rafaela Almeida de Souza		07/02/1994	7,5
62	Leticia de Mattos Bardini	Declarada	31/08/1994	7,5
63	Daiani Aparecida Gonçalves Rocha		04/12/1995	7,5
64	Tayná Diniz Souza Santana		20/08/1996	7,5
65	Geisiele de Roma Marcos		26/10/1996	7,5
66	Sabrina Ferreira Nervo Lima		25/09/1997	7,5
67	Jaqueline Ribeiro de Lima		21/01/1998	7,5
68	Franciele Lourenção Nascimento		12/02/1998	7,5
69	Millena de Cássia R. Merello		19/02/1998	7,5
70	Amanda Balduino Beletatto		25/04/1998	7,5
71	Taísa Silva de Faria		07/08/1998	7,5
72	Taeni do Couto Proenci		14/10/1998	7,0
73	Kelly Alves da Silva Knupp			7,0
74	Luana Costa de Sousa		02/04/1996	5,8
75	Fernanda Furegatto dos Santos		15/05/1993	4,0
76	Camila Brito Galvão		13/07/1991	Indeferido
77	Elen Cristina de Assis dos Santos		19/11/1991	Indeferido
78	João Carlos Cardoso dos Santos		19/07/1994	Indeferido
89	Vanessa da Cunha Martins		28/06/1986	Indeferido
80	Vanessa Aparecida Dantas Bosquessi		17/06/1988	Indeferido
81	Ana Paula Sprícigo de Carvalho		28/09/1978	
82	Marly Pereira Xavier		28/04/1945	

CLASSIFICAÇÃO PSS – 2017 – PROFESSOR REGENTE

Nº	Nome Completo	Afrodscendente	Data de Nascimento	Pontuação
01	Dayane Cristina Lucas da Silva	Declarada	16/06/1988	7,5



Diário Oficial

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO IVAÍ – PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 1.643/2011, regulamentada pelo Decreto nº 061/2014.
Lei Complementar Federal nº 101/2000 e Lei Complementar Estadual nº 137/2011.

ANO: 2017

EDIÇÃO Nº 046

SÃO JOÃO DO IVAÍ, 13 de março

PÁG: 11

03	Alex Soares da Silva	Declarada	28/07/1989	7,5
03	Leticia de Mattos Bardini	Declarada	31/08/1994	7,5
04	Marly Pereira Xavier	Declarada	28/04/1945	Indeferido

CLASSIFICAÇÃO PSS – 2017 – PROFESSOR DE ARTE

Nº	Nome Completo	Afrodescendente	Data de Nascimento	Pontuação
01	Tatiane Denez Martioli		11/04/1988	5,9
02	Neiva Garcia de Lima Beletato			Indeferido
03	Carolina Suzzi Mikcha		07/09/1987	Indeferido
04	Rita de Cássia Heliodoro de Souza		03/04/1981	Indeferido
05	Valéria Aparecida Castro Testa		06/12/1982	Indeferido

CLASSIFICAÇÃO PSS – 2017 – LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA (INGLÊS)

Nº	Nome Completo	Afrodescendente	Data de Nascimento	Pontuação
01	Cléia Mara Diniz Silveira		25/07/1972	9,9
02	Gláucia Suzzi Mikcha		03/11/1963	9,8
03	Queli Cristina Camili Ohashi		03/01/1985	9,3
04	Valéria Aparecida de Castro Testa		06/12/1982	9,1
05	Adenizia de Fátima Carvalho Guedes		19/08/1958	8,0
06	Lucinéia Maria da Silva		21/06/1964	8,0
07	Ana Lucia Correa dos Santos		21/12/1963	7,5
08	Ana Paula Spricigo Carvalho		28/09/1978	7,5
09	Patricia Alves Felisbino		23/05/1988	7,5
10	Francieli Renata da S. Moraes		28/05/1991	7,5
11	Angelita Aparecida da S. Caparelli		06/10/1991	7,5
12	Francieli Luiz Gonçalves de Freitas			7,5
13	Ana Carolina Duarte			7,5

PSS-2017 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Nº	NOME COMPLETO	AFRODESCENDENTE	NASCIMENTO DATA DE	PONTUAÇÃO
----	---------------	-----------------	-----------------------	-----------



Diário Oficial

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO IVAÍ – PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 1.643/2011, regulamentada pelo Decreto nº 061/2014.
Lei Complementar Federal nº 101/2000 e Lei Complementar Estadual nº 137/2011.

ANO: 2017

EDIÇÃO Nº 046

SÃO JOÃO DO IVAÍ, 13 de março

PÁG: 12

01	Bruna F.de Souza Bortoloci		20/10/1989	9,6
02	Regiane da Conceição Andrade de Abreu		27/02/1986	9,4
03	Suelem Calini Ayme Pereira Ribeiro		25/10/1987	9,4
04	Luliane Lacerda Sato		30/12/1983	9,3
05	Bruno Ponvequi de Oliveira		27/12/1989	9,3
06	Danúbia Fabiana Dias		19/10/1991	9,3
07	Matheus Henrique Chavier		18/02/1995	9,3
08	AndersonToshiaki Senoo Aisawa			9,2
09	Janaína Carla da Silva		22/08/1993	9,0
10	Luiz Antonio da Rocha Ribeiro		17/12/1995	9,0
11	Débora Cristina Trindade		05/11/1988	8,8
12	Dariane Freitas Pereira		05/07/1992	8,7
13	Fernando Duarte Bosquesi		25/12/1987	8,5
14	Lilian Bartolomeu Gonçalves		28/01/1992	8,5
15	Bruno Ferreira Furgato		20/03/1994	8,1
16	Suzana Gradici Gregório		29/01/1977	7,9
17	Dayane Cristina Lucas da Silva	Declarada	16/06/1888	7,5
18	Felipe Mazeto Melo		03/05/1993	7,5
19	Ane Caroline Farias da Cruz		14/08/1994	7,5
20	Mariana Xavier Teixeira		20/11/1994	7,5
21	Jaqueline Vicente de Lima			7,5
22	Ana Paula de Queiroz		08/03/1993	7,0
23	Claudia Stecanella dos Santos		11/07/1995	4,0

REPUBLICADO POR ERRO

São João do Ivaí 13 de Março de 2017-03-10

Fábio Hidek Miura
Prefeito Municipal



Diário Oficial

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO IVAÍ – PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 1.643/2011, regulamentada pelo Decreto nº 061/2014.
Lei Complementar Federal nº 101/2000 e Lei Complementar Estadual nº 137/2011.

ANO: 2017

EDIÇÃO Nº 046

SÃO JOÃO DO IVAÍ, 13 de março

PÁG: 13

Nº	Nome Completo	Afrodessendente	Data de Nascimento	Pontuação
01	Débora Cristina Trindade	Declarada	05/11/1988	8,8
02	Dayane Cristina Lucas da Silva	Declarada	16/06/1888	7,5

EDITAL Nº. 021 – 2017 CONVOCAÇÃO PROFESSOR PSS

A Secretária Municipal de Educação, Esporte e Cultura de São João do Ivaí **CONVOCA** os classificados no PSS no dia 13 de março, às 13h 30min, na Secretaria Municipal de Educação, para comprovação de títulos, conforme tabela abaixo:

PROFESSOR REGENTE .	1º ao 6º colocado
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	1º ao 4º colocado
PROFESSOR DE LINGUA ESTRANGEIRA – INGLÊS	1º ao 3º colocado
PROFESSOR DE ARTE	1º colocado

Observação: o não comparecimento do convocado no prazo previsto subentende-se como desistência do cargo, não cabendo ao candidato, qualquer questionamento administrativo judicial ou extra judicial com relação a presente convocação.

São João do Ivaí, 10 de Março de 2017-03-10

Fábio Hidek Miura
Prefeito Municipal